

Senado aprova metas e fundo para combater aquecimento

Propostas poderão ser levadas pelo Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que se realizará em Copenhague no mês de dezembro. Criação de fundo está pronta para ser transformada em lei



Em decorrência de acordo de líderes entre governo e oposição, o Plenário destrancou a pauta e votou ontem diversas matérias

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que cria a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O texto fixa em lei o compromisso voluntário do Brasil de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases de efeito estufa, dentro do limite que vai de 36,1% a 38,9%, com base nas taxas do relatório de emissão até 2005. Como sofreu mudanças no Senado, o projeto volta à Câmara dos Deputados para novo exame.

Já a proposta que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima vai à sanção presidencial. Resultado da junção de quatro projetos, será vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e terá como finalidade assegurar recursos para apoiar projetos e estudos e o financiamento de empreendimentos para o combate e a adaptação à mudança do clima. O fundo terá como fonte de recursos, além de dotações orçamentárias, doações e empréstimos. **3**

Aprovado crédito adicional de R\$ 482 mi para a agricultura

O Congresso Nacional aprovou sete projetos de créditos adicionais no montante de R\$ 1,3 bilhão, para órgãos do governo. O maior valor – R\$ 482 milhões – se destina aos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. **6**

Repentista será considerado artista profissional

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou terminativamente projeto que reconhece a atividade de repentista como profissão artística. Cerca de 30 repentistas nordestinos acompanharam a votação da proposta, relatada pelo senador Marcelo Crivella. São considerados repentistas os cantadores e violeiros improvisadores, os emboladores e cantadores de coco, os poetas repentistas e os cantadores declamadores de causos, além dos escritores da literatura de cordel. **4**



Rosalba Ciarlini (E) e Paulo Paim acompanham apresentação de repentistas na CAS

Mais rigor na concessão de rádio comunitária

Associações ou entidades interessadas na exploração devem ter, pelo menos, dois anos de atuação, conforme estabelece projeto aprovado pela CCT. **6**

Benefício a professor e médico que devem ao Fies

Professor da rede pública e médico de programa de saúde da família poderão ter abatimento mensal de 1% do saldo devedor do Fies, segundo projeto aprovado na CE. **4**



Comissão de Justiça aprovou também projeto sobre reuniões da Mesa do Senado

Candidato deverá registrar promessas de campanha

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) obriga os candidatos à Presidência da República, governos estaduais e prefeituras a registrarem na Justiça Eleitoral seus planos de governo. Com a medida, as promessas de campanha deverão fazer parte do plano plurianual

(PPA). Segundo Arthur Virgílio, a matéria representa um grande salto no processo de elaboração do Orçamento. Outro projeto aprovado na CCJ determina à Mesa do Senado a realização de reuniões trimestrais abertas para discutir temas administrativos da Casa. **5**

Presidente do Senado afirma desconhecer acordo entre o presidente Lula e o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, sobre a divisão da receita a ser obtida com a exploração do petróleo e defende divisão igual entre estados

Sarney defende participação do Norte e Nordeste nos royalties do pré-sal

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, voltou a defender a divisão igualitária dos royalties do petróleo do pré-sal. Ele disse desconhecer acordo sobre o assunto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Para Sarney, as regiões Norte e Nordeste devem ter maior participação nas riquezas do subsolo brasileiro.

Questionado sobre a irritação do governador do Rio ante o desejo das bancadas partidárias do Norte e do Nordeste em dividir os royalties de qualquer riqueza extraída

do subsolo, Sarney atribuiu a insatisfação de Sérgio Cabral a uma argumentação passional própria de governadores em defesa dos seus estados.

– Eu não conheço esse acordo que o governador teria feito com o presidente da República. O que eu tenho é o sentimento das bancadas, sobretudo as do Nordeste e do Norte, de que esses estados devem participar um pouco mais das riquezas do petróleo no Brasil.

Sarney informou ainda que persiste a expectativa de, até o fim do ano, votar a reforma administrativa da Casa.



June Araújo

Sarney reafirmou disposição de votar este ano reforma administrativa do Senado

Sarney recebe novo cartão da biblioteca do Senado

José Sarney recebeu ontem das mãos da diretora Simone Bastos Vieira o novo cartão de usuário da Biblioteca Luiz Viana Filho. A diretora informou que o cartão faz parte da política de modernização dos serviços de atendimento disponibilizados pela biblioteca aos senadores, servidores e estagiários cadastrados.

Segundo Simone, esse cartão permitirá aos usuários a realização de empréstimos de livros com mais segurança e rapidez, passando a ser obrigatória sua apresentação a partir de 1º de janeiro de 2010.

Celebrada a redução das infecções por HIV

Ao ter conhecimento de que o relatório do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre Aids revelou uma queda no número de infecções pelo HIV, o presidente da Casa, José Sarney, afirmou que se sente feliz com a notícia.

– Eu fico feliz por ter participado. No mesmo dia em que, em Vancouver (Canadá), reuniam-se num congresso os cientistas que anunciavam a descoberta desses medicamentos, eu, como presidente do Senado, apresentei projeto de lei mandando que o Estado brasileiro fornecesse gratuitamente a todos os portadores de Aids esses medicamentos.

De acordo com Sarney, o projeto recebeu parecer contrário do Ministério da Saúde, que

alegava não dispor de recursos.

– Eu fui então ao presidente Fernando Henrique Cardoso e disse que ele era obrigado a sancionar o projeto, que eu era presidente do Senado e, se não tivesse a sanção, eu ia trabalhar para que o veto fosse derrubado. O presidente foi sensível e sancionou o projeto.

PEC da Juventude

Sarney recebeu ontem o senador Paulo Paim (PT-RS), acompanhado de um grupo de jovens, que foram pedir a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 138/03, a chamada PEC da Juventude, que assegura aos jovens entre 15 e 29 anos os mesmos direitos de crianças e adolescentes.

Inventário das emissões de carbono estará pronto em 2011

O segundo Inventário Nacional de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa no período de 1990 a 2000 estará concluído em março de 2011, dentro do prazo legal estipulado pelas convenções internacionais sobre o clima. O documento, com resultados preliminares, será submetido à consulta pública entre janeiro e julho de 2010. Nos seis meses seguintes, serão consolidados os relatórios setoriais das áreas de energia, processos industriais, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos.

As informações são do ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, que participou ontem de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para explicar a elaboração do documento. A reunião foi presidida por Renato Casagrande (PSB-ES), autor do pedido do debate.

O ministro explicou que o primeiro inventário brasileiro refere-se ao período de 1990 a 1994, ressaltando que em 1990 o país registrou emissão de 1,5 gigatonelada de carbono.

– As variações são pequenas de ano para ano. Não se tinha ainda toda a ciência e tecnologia para fazer o inventário – esclareceu.

Sergio Rezende informou que os especialistas e as entidades envolvidos na elaboração do atual inventário não trabalham tendo em mente o “calendário”, referindo-se a comentários de que a falta de um levantamento das emissões de carbono poderá prejudicar o Brasil na 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), a ser realizada



Genaldino Magalhães

Na audiência, Sergio Rezende (E), Renato Casagrande e Luiz Antonio Elias, secretário executivo do MCT

em dezembro, na Dinamarca.

– Nossa equipe trabalha há quatro meses com dados preliminares. São confiáveis mais que qualquer estimativa e são próximos aos números com que o governo vem trabalhando. O que o governo tem feito até agora para fazer estimativa se baseia nos dados que estamos usando – esclareceu.

O ministro destacou ainda que o governo brasileiro está levando a Copenhague o compromisso voluntário de, em 2020, reduzir as emissões para 1,7 gigatonelada. Essa estimativa, segundo ele, “depende de vários cenários que estão sendo estudados”. Em 2005, a emissão de carbono foi de 2,2 gigatoneladas.

Correções

Sergio Rezende explicou ainda que os dados do inventário anterior sempre sofrem correções: “É como se fosse um PIB [produto interno bruto], que é corrigido dois anos de-

pois com informações novas”. A elaboração do documento, sob a coordenação-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), conta com a participação de 700 especialistas e de 150 instituições públicas e não governamentais.

Desenvolvimento

Após a exposição do ministro, Renato Casagrande disse acreditar que as emissões de carbono originárias da indústria e do setor de energia tendem a crescer mais, tendo em vista o desenvolvimento futuro do Brasil. Já João Pedro (PT-AM) afirmou que o Brasil precisa investir para combater o aquecimento global. Por sua vez, Marina Silva (PV-AC) atribuiu a adoção das metas anunciadas pelo governo “à redução do desmatamento, à pressão da sociedade, à comunidade científica e aos formadores de opinião, que colocaram o assunto no topo da agenda nacional o tempo todo”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Presidência

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, o presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva do Povo Chinês, Jia Qinglin, que fará palestra, às 11h30, e será homenageado com almoço às 13h.

Homenagem ao BID

Em Plenário, homenagem ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pelos 50 anos de sua criação, que será no dia 30 de dezembro. A sessão tem início às 14h e, na pauta, o projeto que aprova a adesão da Venezuela ao Mercosul.

CCJ: Estatuto da Igualdade Racial

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa, às 10h, substitutivo da Câmara ao projeto (PLS 213/03) que cria o Estatuto da Igualdade Racial. Foram convidados o ministro da Igualdade Racial, Edson Santos; a professora da UFRJ Yvonne Maggie; o representante da Educafro, frei David Santos; e o advogado José Roberto Militão, entre outros.

Ministro da Saúde participa de debate sobre SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde realizam audiência às 10h sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Foi convidado o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Audiência conjunta sobre o apagão

Às 8h30, as comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam audiência com o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hübner; o diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Hermes Chipp; e o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann

Senado Cultural

O projeto Pratas da Casa, do programa Senado Cultural, apresenta, às 19h, no auditório do Interlegis, a assessora parlamentar da Liderança do Governo, Anne Evans, homenageando Luiz Gonzaga.

Proposta, que volta ao exame da Câmara, fixa o compromisso voluntário do Brasil de reduzir as emissões entre 36,1% e 38,95%, até o ano de 2020

Senado aprova meta de redução de gases estufa

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que cria a Política Nacional sobre Mudança do Clima. A proposta fixa em lei o compromisso voluntário do Brasil de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases de efeito estufa, dentro do limite que vai de 36,1% a 38,9%, com base nas taxas do relatório de emissão até 2005. A maneira de se alcançar essa meta será definida em decreto presidencial. Como sofreu mudanças no Senado, o projeto volta à Câmara dos Deputados para novo exame. A proposta poderá ser levada pelo Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), a ser realizada em Copenhague, em dezembro.

A senadora Marina Silva (PV-AC), relatora da matéria na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), apresentou emendas com destaque. A principal alteração por ela sugerida estabelecia o ano de 2005 como referência para a redução das emissões até 2020, que não poderia ser inferior a 20%. Segundo a senadora, não é possível fazer uma lei com base numa projeção, mas nas taxas conhecidas e reais de emissão de gases.

No entanto, o Plenário preferiu manter o texto de Renato Casagrande (PSB-ES), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o texto havia sido aprovado pela manhã. O senador manteve emenda aprovada na Comissão

de Serviços de Infraestrutura (CI), de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), prevendo que o Brasil adote como compromisso voluntário a redução entre 36,1% e 38,9% de suas emissões de gases de efeito estufa projetadas para 2020. O texto de Casagrande teve apoio do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e do líder do DEM, José Agripino (RN).

A única emenda de iniciativa de Marina Silva que obteve aprovação do Plenário é a que especifica que os planos de combate ao desmatamento se estendem a todos os biomas.

EUA e China

Durante a discussão, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que os presidentes dos Estados Unidos e da China não têm o direito de se reunir e impor ao planeta o que desejam fazer em relação ao meio ambiente. Segundo ela, o esforço brasileiro para estabelecer metas levou Barack Obama a apresentar "tímidos 17%" como meta de redução na emissão de gases de efeito estufa.

Ideli observou que chegar à Conferência das Nações Unidas em Copenhague com essa lei e a do Fundo Nacional sobre Mudança Climática aprovadas vai fazer toda diferença.

Por sua vez, Renato Casagrande disse que foi uma decisão política do governo federal assumir o compromisso voluntário de anunciar a meta de redução até o ano de 2020.

Criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima vai à sanção

Vai à sanção presidencial proposta aprovada ontem em Plenário que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC). Resultado da junção de quatro projetos – entre eles, um do Executivo –, o fundo será vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e terá como finalidade assegurar recursos para apoiar projetos e estudos e o financiamento de empreendimentos para o combate e a adaptação à mudança do clima.

Segundo o Palácio do Planalto, o fundo constitui instrumento fundamental para viabilizar a Política e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

O fundo terá como fonte de recursos, além de dotações orçamentárias, doações e empréstimos. Ele será administrado por um comitê gestor vinculado ao MMA, cuja competência e composição serão estabelecidos em regulamento, assegurada a par-

ticipação de seis representantes do Poder Executivo e cinco do setor não governamental.

Copenhague

A pressa para a aprovação do fundo tem um motivo: os senadores querem levar a nova lei para a reunião da Convenção do Clima (COP-15), em Copenhague, Dinamarca, no início de dezembro, e apresentá-la como compromisso brasileiro para a redução das emissões de gás carbônico na atmosfera.

Falta ainda a aprovação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PLC 284/09) pelo Plenário da Câmara dos Deputados e seu envio à sanção do Poder Executivo.

A proposta também foi acolhida no Plenário do Senado ontem, mas, como sofreu alterações de mérito, deverá passar novamente pelo crivo dos deputados.



Plenário realizou ontem cinco sessões seguidas para discutir piso para policiais civis e militares, inclusive bombeiros

Indicação de Bonsaglia para integrar o CNMP

A indicação do nome do procurador regional da República Mário Luiz Bonsaglia para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2010/2011 foi aprovada ontem em Plenário, com 44 votos favoráveis, 11 contrários e 1 abstenção. Ele já havia sido aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 18 deste mês. A decisão será agora comunicada à Presidência da República.

Aloizio Mercadante (PT-SP), Demostenes Torres (DEM-GO) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) fizeram elogios a Bonsaglia.

Revalidação de diplomas expedidos no exterior

O prazo para revalidação de diplomas de graduação e de pós-graduação expedidos por universidades estrangeiras será fixado em seis meses, segundo projeto (PLS 498/03) aprovado ontem pelo Senado, com alterações feitas na Câmara. Resolução do Conselho Nacional de Educação determina que a universidade deve se pronunciar sobre pedidos de revalidação em até seis meses. Mas a atual legislação não fixa prazo para revalidação dos cursos de mestrado, doutorado e pós-graduação *lato sensu* concluídos em universidades estrangeiras.

Senado discute piso salarial nacional para policiais

Por acordo de líderes, o Plenário realizou cinco sessões seguidas de discussão da proposta de Renan Calheiros (PMDB-AL) que institui um piso salarial nacional para policiais civis e militares, inclusive bombeiros.

A PEC 41/08 prevê ainda a participação da União no custeio de parte da implantação do piso, por meio de fundo próprio, e estabelece um prazo máximo de dois anos para o início da implantação gradual. Segundo Renan, o objetivo da proposta é "dar melhores condições de vida para um segmento dos mais importantes do poder público,

pelo estabelecimento de uma remuneração mínima e digna".

Papaléo Paes (PSDB-AP), Efraim Morais (DEM-PB), Cícero Lucena (PSDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Romeu Tuma (PTB-SP), José Agripino (DEM-RN), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Renato Casagrande (PSB-ES), Valdir Raupp (PMDB-RO), César Borges (PR-BA), Paulo Paim (PT-RS) e João Vicente Claudino (PTB-PI) destacaram a importância da instituição do piso salarial para a valorização da carreira dos policiais civis e militares nos estados.

Plenário acolhe em 1º turno novas regras para o divórcio

O Senado aprovou, em primeiro turno, a proposta que suprime o requisito de separação judicial prévia por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos para obtenção do divórcio.

A matéria (PEC 28/09), que ainda precisa passar pelo segundo turno de discussão e votação, recebeu voto favorável de Demostenes Torres (DEM-GO), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e vai à Câmara dos Deputados.

A PEC determina que o casamento civil possa ser dissolvido pelo divórcio. Pela atual redação da Constituição, o casamento civil só pode ser dissolvido pelo

divórcio após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei ou com comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Para o relator, perdeu o sentido manter tais pré-requisitos temporais de separação judicial e de fato para que seja concedido o divórcio, passados mais de 30 anos da edição da Emenda Constitucional 9, que admitiu o divórcio no Brasil, em 1977.

– O que se observa é que a sociedade brasileira é madura para decidir a própria vida. Portanto, não é a existência do instituto do divórcio que desfaz casamentos, nem a imposição de prazos ou separações intermediárias que o impedirão – afirmou.

Aprovada MP dos depósitos judiciais

Os senadores aprovaram ontem medida provisória (MP 468/09) que transfere depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal. Com a votação da MP – que vai

à sanção presidencial –, acolhida na forma do Projeto de Lei de Conversão 17/09, a pauta ficou liberada para as demais deliberações. De acordo com o texto da MP, relatada pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), a

Caixa deverá repassar os valores, inclusive os de natureza não tributária, então depositados em outros bancos, para a conta única do Tesouro Nacional.

Durante a discussão da matéria, o senador Marcelo Crivella

(PRB-RJ) ressaltou que, enquanto permanecem em contas de bancos privados, os depósitos do governo que se encontram *sub judice* são usados por essas instituições para financiar linhas de crédito a juros altíssimos.

Professores e médicos ganham redução do Fies

Professor de rede pública de educação básica e médico integrante de programa de saúde da família que tenham saldo devedor junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) poderão ter abatimento mensal de 1% de seu saldo devedor. É o que determina proposta aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Em seu parecer, o relator Sérgio Zambiasi (PTB-RS) explicou que o PLC 184/09, do deputado Gilmar Machado (PT-MG), também fixa em 2% ao ano a remuneração dos agentes financeiros sobre os saldos das carteiras por eles administrados. A proposta ainda aumenta o prazo de pagamento do financiamento de duas vezes para três vezes a duração do curso, diminuindo, assim, as prestações e facilitando o pagamento do empréstimo.

O senador destacou que o problema das dívidas antigas, que chegam a R\$ 300 milhões, foi parcialmente atendido porque esses valores passarão a usufruir um novo patamar de juros, mas reconheceu que a proposta não corrige os juros cobrados anteriormente.

Projeto paralelo

Zambiasi optou por não acatar as sete emendas apresentadas para evitar atraso na tramitação da matéria. As emendas dos senadores, porém, devem ser aproveitadas como um novo projeto, da própria Comissão de Educação, assim ele terá tramitação mais rápida no Senado, de onde seguirá para a Câmara.

– Não aproveitei as emendas

apresentadas pelos senadores José Sarney [PMDB-AP], Marisa Serrano [PSDB-MS] e Jarbas Vasconcellos [PMDB-PE] que tratam das dívidas antigas e de outros aperfeiçoamentos a fim de evitar que o projeto tivesse que voltar à Câmara dos Deputados para nova votação, inviabilizando sua vigência no próximo ano – disse o relator.

Zambiasi explicou que esses pontos constarão do projeto paralelo, além da dispensa de pagamento em virtude de doenças incapacitantes, bem como proposta do senador Augusto Botelho (PT-RR) de dar desconto nas dívidas do Fies a profissionais que aceitem trabalhar em municípios pequenos do Norte e Nordeste.

– Essas pessoas irão melhorar a qualidade de vida de localidades com menos de 20 mil habitantes e merecem ser beneficiadas – argumentou Augusto.

Juros menores

Para o senador Flávio Arns (PSDB-PR), os antigos estudantes que estão no Fies, pagando juros mais altos, não podem ser esquecidos, pois, conforme disse, a maior riqueza de uma nação é o seu cidadão educado, indispensável para seu desenvolvimento econômico e social.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) propôs a realização de gestões junto aos líderes partidários para que ambos os projetos possam ser levados o quanto antes ao Plenário.

A sessão foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que manifestou sua satisfação com a solução proposta de apresentar um projeto paralelo.



Senadores Zambiasi (E), José Nery, Arns e Augusto na Comissão de Educação

Projeto obriga o registro de músicas na Biblioteca Nacional

Proposta que obriga o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A matéria visa assegurar o registro e a divulgação da produção musical brasileira, bem como a preservação da memória fonográfica nacional, constituída de partituras, fonogramas e videogramas musicais produzidos por qualquer meio ou processo.

Pelo PLC 24/09, com parecer favorável de Alvaro Dias (PSDB-PR), editoras e gravadoras serão obrigadas a enviar à Biblioteca Nacional dois exemplares de cada obra editada ou gravada, no prazo máximo de 30 dias após sua publicação. Para os que descumprirem a regra, a proposta prevê multa e apreensão de exemplares para atender às finalidades do depósito. A matéria segue para o Plenário, em regime de urgência.

Comissão de Assuntos Sociais aprova projeto que restringe horas extras e obriga o empregador a pagar exames médicos para trabalhador com mais de 60 anos

Idoso poderá ter condições especiais de trabalho

DIMINUIÇÃO DE JORNADA para serviços perigosos ou insalubres e exames médicos periódicos serão direitos de trabalhadores com mais de 60 anos, de acordo com proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Aprovada em decisão terminativa, a proposta (PLS 315/07) mantém a possibilidade de trabalho, para o grupo etário

atingido, além do limite de oito horas diárias por meio de acordo coletivo. No entanto, prevê que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, com observação do limite máximo de 44 horas semanais. Define ainda que, em caso de prorrogação do horário normal, é obrigatório um descanso de 30 minutos antes do período extraordinário do trabalho. O texto também determina a diminuição de 30 minutos da jornada quando exercida em

condições penosas, perigosas ou insalubres.

A proposição exige ainda a realização de exames médicos e oftalmológicos nos trabalhadores idosos, pagos pelo empregador, a cada seis meses e nas ocasiões de seu ingresso no emprego e de seu desligamento.

O relator, Flávio Arns (PSDB-PR), retirou da proposta a exigência de reserva de 5% das vagas para idosos nos cursos de profissionalização do Sistema S (Senai, Senac, Senat e Senar).



Repentistas nordestinos se apresentam na CAS em reunião que votou projeto que beneficia a cultura popular

Atividade de repentista é reconhecida como profissão

Com a presença de mais de 30 repentistas nordestinos, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do deputado André de Paula (DEM-PE) que reconhece a atividade de repentista como profissão artística. A proposta foi aprovada em decisão terminativa.

De acordo como o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), relator da proposta (PLC 174/09), a medida atualiza a Lei 6.533/78, que trata da regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões, que não incluía a atividade de repentista entre os artistas.

Repentista, pelo projeto, é

quem usa o improviso rimado como meio de expressão artística cantada, falada ou escrita, com composição feita de imediato ou pelo recolhimento de composições de origem anônima ou da tradição popular. Assim, ressalta Crivella, são considerados repentistas os cantadores e violeiros improvisadores, os emboladores e cantadores de coco, os poetas repentistas e os cantadores declamadores de causos da cultura popular, bem como os escritores da literatura de cordel.

– O repente nordestino é um dos melhores exemplos de uma arte popular complexa e dinâmica – observou Crivella.

Permissão para que Oscips atuem em moradias

As organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) deverão atuar na promoção da melhoria das condições de moradias, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta (PLS 313/09), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), agora será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

– Se dermos essa possibilidade às cooperativas público-privadas, tenho a impressão de que estaremos, de alguma forma, contribuindo para amenizar a situação de muitos brasileiros que vivem em casebres – disse Crivella.

SUS deverá priorizar crianças e adolescentes

Projeto de lei de Patrícia Saboya (PDT-CE) que prioriza o atendimento médico de crianças e adolescentes pelo Serviço Único de Saúde (SUS) teve sua aprovação confirmada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto define práticas para efetivação de políticas públicas que permitam às crianças nascimento e desenvolvimento saudáveis.

Pela proposta (PLS 227/08), relatada por Rosalba Ciarlini (DEM-RN), as ações do poder público para alcançar tais objetivos devem ser preventivas, educativas, diagnósticas, terapêuticas e de recuperação do processo normal de desenvolvimento. Em

seu parecer, Rosalba Ciarlini acatou o substitutivo aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que prevê atendimento universal e igualitário pelo SUS a crianças e adolescentes em relação a estado nutricional e vacinal, curva de crescimento, desenvolvimento neuropsicomotor, acuidade visual, desenvolvimento sexual, saúde bucal e função auditiva.

Bolsa Família

A CAS também aprovou o PLS 247/09, que prevê a vinculação do benefício Bolsa Família ao desempenho escolar do beneficiado. A proposta é de Tasso Jereissati (PSDB-CE) e foi rela-

tada na CAS por Papaléo Paes (PSDB-AP). O texto ainda vai ser examinado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa.

Também foram aprovados o PLS 271/07, de Magno Malta (PR-ES), que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos; o PLS 356/03, de Serys Slhessarenko (PT-MT), que destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente; e o PLS 416/09, de Marconi Perillo (PSDB-GO), que visa assegurar meios para o tratamento profilático dos portadores de hemofílias.

Objetivo de projeto é fazer com que propostas de candidatos a governadores e prefeitos sejam efetivamente traduzidas no Plano Plurianual

Produto deve trazer preço total e por unidade de medida

O Código de Defesa do Consumidor poderá ser alterado para exigir que o fornecedor indique o preço de venda do produto e o preço por unidade de medida – peso, comprimento e volume.

A exigência consta de proposta aprovada pela Comissão de Justiça (CCJ) e visa evitar prejuízos ao consumidor pela redução da quantidade de produto sem diminuição do preço. De autoria de Demostenes Torres (DEM-GO), o projeto (PLS 231/04) foi aprovado na forma de substitutivo apresentado por Renato Casagrande (PSB-ES).

Prevista nova zona de desenvolvimento em fronteira do RS

A criação da Região Integrada de Desenvolvimento da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, prevista em projeto (PLS 686/07 – Complementar) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovada ontem pela CCJ. A matéria segue agora para votação no Plenário.

Para o senador, a medida deverá contribuir para reativar a economia da Mesorregião Metade Sul gaúcha, abalada pelo fechamento de indústrias de carnes, de beneficiamento de lãs e de cooperativas, além da concorrência de *free shops* da cidade uruguaia de Rivera.

Capital estrangeiro na aviação nacional pode chegar a 49%

Projeto aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), eleva de 20% para 49% a participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras. A proposta foi relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

– Estamos contribuindo, ao aprovar essa alteração no Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular o ingresso de investimentos estrangeiros em um setor que tem padecido com diversas crises, na maioria das vezes em decorrência da descapitalização das empresas aéreas – diz o senador, no parecer.

Mais tempo para estado comprovar quitação de crédito

A CCJ aprovou ontem a mudança do momento em que municípios e estados devem comprovar que estão em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos federais, condição necessária para obtenção de garantia da União em operações de crédito, normalmente com agências internacionais.

Segundo projeto de resolução (PRS 62/09) de autoria de Romero Jucá (PMDB-RR), a comprovação deve ser feita apenas na ocasião da assinatura do contrato. Pela regra vigente, essa verificação é uma etapa prévia ao exame do processo pelo Senado, para a autorização.



Entre Casagrande, Augusto Botelho (de pé) e Jucá (D), Demostenes preside reunião da Comissão de Justiça

Promessa de campanha deverá ser registrada

CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA da República, governos estaduais e prefeituras deverão registrar seus planos de governo na Justiça Eleitoral até dois meses antes das eleições. O objetivo é que as promessas de campanha sejam efetivamente traduzidas no Plano Plurianual (PPA), instrumento de gestão estratégica de governo, nas esferas municipal, estadual e federal. Essa é uma das inovações constantes de substitutivo, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a dois projetos que alteram a legislação orçamentária e financeira do país.

Como salienta o relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), o PLS 229/09, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), trata com maior profundidade a apreciação da Lei Orçamentária Anual pelo Congresso Nacional. Já o PLS 248/09, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), dá maior ênfase à responsabilidade fiscal.

Para Virgílio, o texto aprovado representará um grande salto no processo de elaboração da peça orçamentária.

– Essa proposta está para o Orçamento assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal está para a gestão pública como um todo – disse

o relator.

Casagrande afirmou tratar-se de matéria fundamental para a gestão da administração pública.

– Demos um grande salto quando o Congresso aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas está faltando o salto da qualidade no gasto público – frisou Casagrande.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também reconheceu que a proposta permitirá o controle sobre a qualidade dos gastos públicos.

Para Tasso Jereissati, a aprovação contribuirá para que o orçamento público deixe de ser peça de ficção.

Mesa fará reuniões trimestrais abertas

A Comissão Diretora do Senado realizará reunião aberta para apresentar relatório da situação administrativa e debater temas relacionados à gestão da Casa trimestralmente ou a requerimento de um décimo dos senadores. É o que determina projeto de resolução aprovado ontem pela CCJ. A pauta das reuniões será proposta pela Comissão Diretora e incluirá assuntos

sugeridos pelos líderes ou por um décimo da composição do Senado.

De Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta (PRS 26/09) teve substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE). O projeto original propunha a realização de sessão plenária mensal para deliberar sobre a ordem do dia do mês seguinte e sobre assuntos da administração da Casa, como viagens de

senadores ou servidores, execução de obras, previsão das despesas orçamentárias e de remunerações. O relator, entretanto, discordou da realização da plenária, que considera improdutiva, lembrando que, sempre que o tema exigir, ele obrigatoriamente será votado no Plenário.

A matéria vai agora à Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

Criação do Colégio de Líderes passa na CCJ

O Senado Federal poderá ter um Colégio de Líderes para decidir sobre assuntos que forem a ele encaminhados pelo Plenário, pela Mesa, por comissão e pelo presidente, segundo proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Conforme o projeto (PRS 37/09), que acrescenta artigo ao Regimento Interno, o colé-

gio será composto por líderes dos partidos, dos blocos parlamentares, do governo, da Maioria e da Minoria. O novo órgão também deverá propor e acompanhar iniciativas que melhorem a eficiência e a economicidade da administração da Casa.

Caberá ainda ao Colégio de Líderes sugerir matérias que farão parte da ordem

do dia mensal do Plenário, ouvindo sempre as bancadas partidárias.

A proposta aprovada é resultado de emenda oferecida pelo relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a projeto de resolução de Aloizio Mercadante (PT-SP). A proposição segue para a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno.

MP poderá participar da investigação criminal

O novo substitutivo de Aloizio Mercadante (PT-SP) ao projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) que trata da repressão ao crime organizado foi aprovado ontem pela CCJ. O texto confirma a possibilidade de participação do Ministério Público (MP) na investigação criminal, mas apenas na fase

de produção de informações complementares para a fundamentação da denúncia à Justiça.

Policiais federais vinham argumentando que a competência da investigação deveria ser exclusiva dos delegados. Essa divergência foi a razão do retorno da matéria à CCJ,

depois de recurso de Romeu Tuma (PTB-SP) apresentado em Plenário.

– O Ministério Público está de acordo com o texto e a polícia também, porque os dois órgãos têm que trabalhar de forma complementar, e não um contra o outro – comentou Mercadante.

Engenheiros e arquitetos podem ajudar TCU

Os conselhos federal e regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia podem passar a atuar no controle das obras inacabadas financiadas com recursos federais, reforçando o trabalho do Tribunal de Contas da União (TCU). É o que prevê projeto de Fernando Collor (PTB-AL) aprovado pela CCJ ontem.

Pelo texto, o relatório desses conselhos deverá ser enviado às comissões de Fiscalização e Controle da Câmara e do Senado, ao TCU, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público.

Município pequeno tem mais chance de obter empréstimo

Municípios com menos de 100 mil habitantes poderão também ter garantias da União para contratar empréstimos no exterior, de acordo com proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) aprovada na CCJ ontem.

O projeto (PDS 128/07) muda resolução da Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento que restringiu a análise de pedidos de operação de crédito externo de interesse de municípios, com garantia da União, àqueles com população superior a 100 mil habitantes.

Adiada votação da legalização da ortotanásia

Pedido de vista coletiva de Marco Maciel (DEM-PE) adiou a votação do projeto de lei (PLS 116/00) de Gerson Camata (PMDB-ES) que legaliza a prática de ortotanásia, que é a interrupção do uso de métodos artificiais para prolongar a vida de pacientes em estado terminal. A matéria recebeu parecer favorável, com duas emendas, do senador Augusto Botelho (PT-RR) e volta à pauta da CCJ na próxima semana.

Pelo projeto, para executar a ortotanásia, será necessário o consentimento do paciente ou, se impossível, da família.

Acordo judicial com poder público isento de reexame

A CCJ aprovou ontem projeto que dispensa de duplo exame as sentenças finais em processos contra a administração pública que homologuem acordo. A lei atual sujeita toda sentença contra qualquer órgão de todas as esferas públicas a uma confirmação pelo tribunal. Pelo projeto, essa regra não será aplicável quando os advogados do poder público fizerem transações e acordos com o objetivo de pôr fim ao litígio. O autor da proposta (PLS 28/09), Jefferson Praia (PDT-AM), lembra que os advogados públicos são obrigados a recorrer de decisões apenas por dever de ofício.

Crédito suplementar ao Orçamento deve garantir política de preços mínimos para café, milho e arroz. Também foram destinados R\$ 10 milhões para projeto de turboreator

Waldemir Rodrigues



Deputado Marco Maia presidiu sessão do Congresso que acolheu créditos orçamentários no valor total de R\$ 1,3 bilhão

Congresso aprova crédito de R\$ 482 mi para agricultura

O CONGRESSO NACIONAL aprovou ontem sete projetos que concedem créditos adicionais, no valor total de R\$ 1,3 bilhão, a diversos órgãos do governo federal. O maior volume de recursos, no valor global de R\$ 482,71 milhões, vai para os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário.

O crédito suplementar (PLN 79/09) tem o objetivo de viabilizar apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário e possibilitar a execução da

Política de Garantia de Preços Mínimos para o café, o milho e o arroz.

Outro projeto (PLN 51/09) libera crédito especial no valor de R\$ 10 milhões para o Comando da Aeronáutica, destinados ao início do projeto de concepção, desenvolvimento, fabricação e certificação do Turboreator TH 1000.

Os turboreatores são motores propulsores de largo espectro de aplicação, utilizados tanto em aviões que usam motores turboélice quanto na

geração de energia elétrica e em outras atividades.

O Projeto TH 1000 será desenvolvido pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e pelo Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA).

As demais propostas aprovadas (PLN 38/09, PLN 52/09, PLN 60/09, PLN 67/09 e PLN 80/09) abrem créditos especiais para despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e créditos suplementares destinados ao reforço de dotação já existente no Orçamento.

Senadores cobram medidas em favor dos municípios brasileiros

A valorização dos municípios do país foi o ponto central dos pronunciamentos dos senadores durante sessão especial realizada ontem pelo Senado Federal em homenagem ao movimento municipalista brasileiro.

Na presidência da sessão, César Borges (PR-BA) lembrou as dificuldades financeiras sofridas pelas prefeituras em decorrência da crise financeira mundial. Ele louvou os esforços do Congresso, que aprovou crédito de R\$ 1 bilhão para compensar a diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, mas disse que isso é pouco. Uma das medidas defendidas pelo senador é a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– Outro ponto seria a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que há mais de um ano está parada na Câmara dos Deputados. Uma vez regulamentada, a emenda garantiria um gasto federal maior com a rubrica da saúde, o que desafogará as contas dos municípios com esse quesito vital para o bem-estar da nossa população.

“Tiranias financeiras”

Também autor do requerimento para a realização da sessão, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que uma das principais bandeiras dos municípios é a descentralização dos recursos, “que acabaria com a tirania financeira no país”.

Valadares citou estudo da Confederação Nacional dos Municípios, segundo o qual 60% dos tributos ficam com a União; 25%, com os estados; restando apenas 15% para os municípios.

– Além de ter de cumprir com todas as suas obrigações, o município tem ainda de se submeter à dependência financeira da União e dos estados.

Dificuldades

Por sua vez, Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu a valorização dos municípios como forma de colocar “o cidadão mais perto das políticas públicas”. Ela pediu especial atenção para os municípios interioranos, sobretudo os de fronteira.

A senadora lembrou que, entre outras dificuldades, essas cidades ainda sofrem com a demanda por serviços públicos de localidade no país vizinho.

– É por isso que propus uma emenda à Constituição que cria o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira, que têm problemas que, em geral, outros municípios não têm. Seria R\$1,2 bilhão, se acrescentássemos aos [atuais] fundos constitucionais 0,5%, que, no cômputo geral, é pouco, mas, para os municípios de fronteira, seria uma redenção – disse.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) também defendeu maior autonomia financeira para os municípios. Para ela, programas sociais como os de construção de moradias devem ser gerenciados diretamente pelos prefeitos, já que eles conhecem o déficit de cada cidade.

– Que o município resolva como quer fazer sua casa, de que forma, para atender a que população e que o governo federal fiscalize. Que não se chegue aqui de pires na mão, como se aquilo fosse um favor – assinalou.

Maior rigor na concessão de rádios comunitárias

Waldemir Rodrigues



CCT retira convite à presidente da Fundação Cobra Coral

As autorizações para exploração de serviço de radiodifusão comunitária só serão concedidas a entidades ou associações com pelo menos dois anos de atuação. É o que define projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,

Comunicação e Informática (CCT).

A matéria já havia sido acolhida em reunião anterior da comissão, mas voltou à pauta para reexame de emenda apresentada ao texto, e que foi agora rejeitada. Aprovada de forma definitiva, a proposição seguirá para a Câmara se não houver recurso para análise pelo Plenário.

Outra matéria submetida a nova votação foi o PLS 283/09, determinando que as contas de telefone fixo dos consumidores de baixa renda poderão ser reduzidas, graças a subsídios previstos no texto. O reexame da proposta, de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), visou corrigir erro quanto a citação de um inciso da Lei 9.998/00, que instituiu o fundo e é modificada pela proposta.

A CCT aprovou ainda requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) retirando convite à presidente da Fundação Cacique Cobra Coral para participar da audiência sobre as causas do apagão do dia 10 de novembro em quase todo o Brasil.

CPI da Pedofilia ouve vítimas e acusados

Sob o comando do seu presidente, Magno Malta (PR-ES), a CPI da Pedofilia ouviu ontem acusados e testemunhas de supostos atos de pedofilia.

Entre os depoentes, um empresário alvo de processo em que a ex-mulher o acusa de

abuso contra a filha menor.

Antes de encerrar a reunião, Malta anunciou as próximas ações da comissão, entre elas viagem a São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro, para ouvir o ex-secretário de Administração de Sorocaba Januário Renna,

preso há três meses por ter sido flagrado com três adolescentes em um motel. A CPI também pretende ir a Pernambuco ouvir o antigo técnico da nadadora Joanna Maranhão, acusado de ter molestado a esportista, quando ela tinha nove anos.



César Borges (esq., ao lado de Valadares) preside a sessão solene do Congresso

Márcia Kolumbe

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa • Osmar Dias

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues
 Pozebom e Moisés Oliveira
 Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Venezuela fica para o início de dezembro, decidem líderes

Os líderes partidários definiram ontem o cronograma das principais votações do Plenário até o final desta sessão legislativa. De acordo com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a polêmica decisão sobre o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul (PDS 430/08) foi agendada para o dia 9 de dezembro.

Entre os temas que serão discutidos até o fim do ano, segundo Jucá, estão mudanças no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), limitações à expansão



Waldemir Rodrigues

Adesão do país vizinho ao Mercosul será votada em 2009, diz Jucá

da despesa com pessoal da União e assistência técnica e rural.

Rosalba Ciarlini cobra fim da violência contra as mulheres

Em 1960, Pátria, Minerva e Maria Teresa regressavam de Puerto Plata, na República Dominicana, onde tinham ido visitar seus maridos, que estavam presos durante a ditadura de Leónidas Trujillo. Conhecidas como Las Mariposas, elas foram brutalmente assassinadas.

A data desse crime, 25 de novembro, foi escolhida para marcar o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ocupou ontem a tribuna do Plenário para cobrar o fim da violência cometida contra as

mulheres.

– Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), quase 70% das mulheres são atacadas de forma violenta por homens em algum instante de sua vida. O problema é tão grave que uma das metas do milênio é reduzir a discriminação e a violência contra a mulher. Quando falamos em violência, não podemos repudiar e denunciar apenas a física. A violência psicológica deixa marcas irreparáveis e merece tanta repulsa quanto a física – afirmou.

A senadora lamentou que em pleno século 21 ainda seja necessário e urgente continuar a luta e combater a violência contra a mulher. Ela aplaudiu a Lei Maria da Penha, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006.

A legislação promoveu várias mudanças, como aumentar o rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar.



Márcio Kollme

Para Rosalba, é preciso denunciar também as agressões psicológicas

Roberto Cavalcanti anuncia que Paraíba superou a febre aftosa

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) anunciou ontem que os produtores de gado da Paraíba – estado que havia sido afetado pela febre aftosa – já podem vender seus rebanhos para outros estados.

Ele informou que a Paraíba deixou de ser avaliada pelo governo como “área de risco desconhecido” para ser considerada “área de risco médio”. E acrescentou que o último registro da doença no estado ocorreu em 2000.

– Agora, 119 mil produtores paraibanos poderão ampliar seu mercado, participar de feiras e transportar livremente seus animais entre os estados – comemorou.

Roberto Cavalcanti lembrou que enquanto a Paraíba era considerada “área de risco desconhecido” nenhum rebanho podia sair do estado sem passar antes por uma “quarentena”.

O senador disse ainda que

a mudança de classificação ocorreu devido ao esforço para que 80% de todo o rebanho da região fosse vacinado, o que foi realizado após o cadastramento de produtores.

– O *upgrade* tornou-se possível após bons resultados de avaliações técnicas, decorrentes, por sua vez, de melhorias na qualidade dos serviços veterinários na região – ressaltou o parlamentar.



Waldemir Rodrigues

Roberto Cavalcanti informa que estado já pode vender seus rebanhos

Senador aponta desinteresse da imprensa sobre representações feitas pela oposição contra possíveis irregularidades na Petrobras e afirma que CPI da estatal “foi uma farsa”

Alvaro Dias lamenta a “banalização da corrupção”

ALVARO DIAS (PSDB-PR) lamentou, em pronunciamento ontem, que a imprensa não tenha dado destaque à iniciativa dos partidos de oposição de protocolar 18 representações na Procuradoria-Geral da República “contra irregularidades, ilícitos e corrupção cometidas pela atual gestão da Petrobras”. As representações foram apresentadas na terça-feira.

– Se estivéssemos em qualquer outro país civilizado do mundo, o fato provocaria um enorme impacto e seria estardecedor. No Brasil, a corrupção foi banalizada de tal modo que nada acontece – lamentou Alvaro Dias.

O senador anunciou que novas representações poderão ser protocoladas nos próximos dias, com base em “outros indícios de corrupção” na Petrobras. A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Senado criada para investigar as denúncias contra a empresa, poderia, na opinião do parlamentar, auxiliar nos traba-



lhos do Ministério Público, mas “foi manipulada pelo governo, para impedir a investigação”.

– A CPI se prestou apenas, durante o período em que funcionou, para que autoridades do governo fizessem narrativas técnicas e conceituais, passando ao

largo das denúncias existentes. Portanto, não foi CPI, foi encenação, foi uma farsa – afirmou.

Alvaro Dias citou pesquisa da Transparência Internacional em que o Brasil ocupa a 75ª posição no *ranking* dos países menos corruptos.



Waldemir Rodrigues

Heráclito: “Maneira como Juca Ferreira se dirige a parlamentares é inaceitável”

Heráclito critica declarações do ministro da Cultura

Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou o ministro da Cultura, Juca Ferreira, por ter, segundo o senador, chamado a oposição e a imprensa de “mentirosos” devido à acusação de que sua pasta teria financiado a publicação de um panfleto com o título “Vota cultura”, no qual aparecem os nomes de mais de 200 deputados federais de diversos partidos. Vários senadores classificaram o panfleto como propaganda eleitoral ilegal.

– É inaceitável a maneira com que o ministro se dirige à imprensa e a este Parlamento – protestou Heráclito.

Chulos

O senador citou ainda afirmação atribuída a Juca Ferreira na qual o ministro teria usado “termos chulos” para se defender de acusações. Segundo Heráclito, Ferreira classificou as críticas ao panfleto como desrespeito por parte da imprensa, que “reverberou sem investigar”, e por parte de “dois ou três” parlamentares.

– Não podemos aceitar esse tipo de comportamento, ainda mais de alguém responsável por assuntos da Cultura – declarou.

Ideli: redução do IPI sobre móveis vai beneficiar indústrias do Sul

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou ontem, da tribuna, o anúncio do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o governo irá reduzir a zero o IPI sobre produtos e matérias-primas do setor moveleiro. Segundo a senadora, a medida beneficiará vários estados, principalmente o seu – Santa Catarina –, bem como o Paraná e o Rio Grande do Sul, grandes produtores de móveis.

– Esse setor vem enfrentando muitas dificuldades devido à redução das exportações e à valorização do dólar, que estão prejudicando sobremaneira a indústria moveleira. A redução vai significar uma renúncia fiscal de mais de 200 milhões de reais por esses quatro meses em que o IPI será zerado.



Waldemir Rodrigues

Segundo Ideli, queda nas exportações e valorização do dólar afetaram setor

Ideli disse que a redução do IPI para setores como o automobilístico, a chamada linha branca e a construção civil representou grande incentivo para que a indústria brasileira pudesse superar a crise internacional.

Valter: pré-sal deve ser usado para redução de desigualdades

“A Federação não pode ser um mar de desigualdades abrigando poucas ilhas de prosperidade”, disse Valter Pereira (PMDB-MS), ao defender a utilização dos recursos da exploração do petróleo da camada pré-sal na redução das desigualdades no país.

O senador lembrou que os campos de petróleo do pré-sal estão localizados a 7 mil metros de profundidade e a milhares de quilômetros da costa brasileira e que a Constituição explicita que todos os recursos minerais e os localizados no subsolo pertencem à União.

Dessa forma, opinou, os estados com localização mais próxima das reservas não têm o direito de se considerarem detentores soberanos dos recursos



Waldemir Rodrigues

Valter Pereira lembra que pertencem à União os recursos localizados no subsolo

que vierem do pré-sal.

Em aparte, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e João Pedro (PT-AM) concordaram que a riqueza do pré-sal deve ser utilizada na diminuição das distorções econômicas regionais.



Gerardo Magela

João Pedro defende a política internacional do governo Lula

João Pedro: Brasil deve ter relações com países do Oriente Médio

“O Brasil não pode prescindir nem abrir mão de ter uma relação com os países do Oriente Médio”, declarou João Pedro (PT-AM) ao defender a política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador disse que respeita as opiniões emitidas por diver-

sos articulistas criticando a visita ao Brasil feita pelo presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, nesta semana, mas concluiu que o Brasil deve manter relações com aquele país.

Na avaliação de João Pedro, da mesma forma que o Brasil recebeu as visitas dos presidentes de Israel, Shimon Peres, e da

Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, não poderia se negar a receber o presidente do Irã. O senador assinalou que as visitas não significam que o governo brasileiro concorda com todas as opiniões dessas lideranças ou com suas atitudes.

– Hoje o Brasil é ouvido in-

ternacionalmente e, mais do que isso, respeitado. Isso se deve ao que o governo tem feito interna e externamente. Porém, quero destacar que muito desse respeito se deve ao presidente Lula, que é extremamente habilidoso e competente na construção de entendimentos – afirmou.

Paulo Paim agradece homenagens

Paulo Paim (PT-RS) agradeceu as homenagens que lhe serão prestadas pela Assembleia Legislativa da Paraíba e pela Câmara de Vereadores de Salvador.

Paim receberá hoje, devido a sua “caminhada na Câmara e no Senado em prol das lutas sociais”, o título de Cidadão Paraibano, por iniciativa dos deputados estaduais pelo PMDB Wilson Braga e Expedito Pereira.

Amanhã, o senador participará de sessão especial na Assembleia Legislativa da Bahia sobre os direitos sociais dos idosos. A proposta foi feita pela deputada estadual Fátima Nunes (PT). Em seguida, ainda em Salvador, Paim receberá a Medalha Zumbi dos Palmares, iniciativa do vereador Moisés Rocha (PT).

Waldemir Rodrigues



Paim recebe medalha de vereadores em Salvador e título de cidadão na Paraíba

Mão Santa propõe voto de aplauso a magistrado do Piauí

Mão Santa (PSC-PI) apresentou voto de aplauso ao juiz de Direito aposentado Bernardo Lucas Mateus, que completou 80 anos ontem.

O senador afirmou que o homenageado é “um ilustre cidadão do Piauí que exerceu com brilhantismo a magistratura”.

Mão Santa citou as comarcas de Buriti dos Lopes, São Miguel do Tapuia, Barras e Picos, entre aquelas em que o juiz atuou.

O parlamentar também criticou a dificuldade de implementação do piso salarial nacional dos professores, transformado na Lei 11.738/08, mas que não vem sendo pago em alguns estados.

Waldemir Rodrigues



Mão Santa pede implementação da lei do piso nacional para os professores

Patrícia defende mobilização nacional contra as drogas

Senadora diz que faltam políticas públicas para esclarecer sobre riscos do crack e considera clínicas para tratamento de dependentes químicos inacessíveis à maioria dos brasileiros

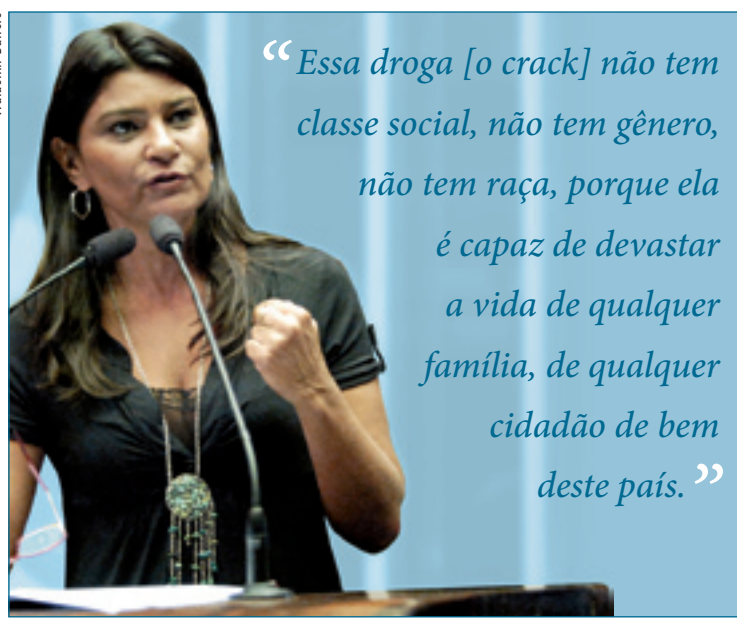
A CRIAÇÃO DE um movimento nacional para debater o problema das drogas “sem preconceito e hipocrisia” foi proposta por Patrícia Saboya (PDT-CE).

– O presidente Lula precisa se convencer que estamos vivendo uma epidemia muito pior que a gripe suína ou a dengue. Uma ação preventiva é imprescindível – afirmou.

A senadora integra a subcomissão que está definindo as políticas de segurança pública e é relatora da matéria que trata do tráfico de drogas, com foco no crack. A senadora disse que o crack, que chegou ao país há 20 anos, hoje atinge todas as classes sociais e faixas etárias, alcançando cada vez mais os mais jovens. Patrícia sugeriu que seja feito um esforço de esclarecimento sobre o crack, envolvendo todos os meios de comunicação e acusou a falta de políticas públicas nessa área.

Ela também assinalou que as clínicas existentes para o tratamento de dependentes químicos são muito caras e inacessíveis para a maioria da população.

Waldemir Borrieto



“Essa droga [o crack] não tem classe social, não tem gênero, não tem raça, porque ela é capaz de devastar a vida de qualquer família, de qualquer cidadão de bem deste país.”

– O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, calculou que se investem hoje R\$ 110 milhões em atendimento a usuários de crack em todo o país e que a curto prazo haverá 2,5 mil leitos para dependentes químicos em hospitais gerais. É um esforço significativo, mas insuficiente. Precisamos de clínicas especializadas, com internação e

acompanhamento, tanto médico quanto psiquiátrico, para as vítimas do crack – alertou.

A senadora recebeu o apoio, em apartes, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Alvaro Dias (PSDB-PR), Efraim Morais (DEM-PB), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Romeu Tuma (PTB-SP), Valter Pereira (PMDB-MS), Mário Couto (PSDB-PA) e Magno Malta (PR-ES).

Osmar: União deve ajudar universidades estaduais

O governador do Paraná, Roberto Requião, encaminhou ofício a Osmar Dias (PDT-PR) solicitando apoio junto ao Ministério da Educação para que o estado possa ser compensado pelas perdas que teria sofrido ao longo do ano nos repasses destinados à educação superior.

Depois de se prontificar a colaborar, o senador destacou que projeto de sua autoria (PLS 2/07) que autoriza a União a participar do financiamento das instituições de educação superior estaduais pode ser uma



Osmar considera injusto o tratamento recebido pelo ensino superior do Paraná

saída para o problema.

Anexo à correspondência encaminhada pelo governador,

Waldemir Rodrigues

um quadro compara os repasses federais para diversos estados.

Enquanto o Instituto Federal do Paraná recebeu, em 2008, R\$ 44,3 milhões, o Instituto Federal de Santa Catarina foi contemplado com R\$ 130,9 milhões. Para o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense foram destinados R\$ 105,5 milhões.

– É, portanto, injusto o tratamento que recebe o Paraná. E não são apenas paranaenses que estudam nas universidades estaduais. Muitos alunos são oriundos de outros estados.

Gilvam anuncia emendas para reforma de escolas no Amapá

A bancada de parlamentares do Amapá apresentará duas emendas ao Projeto de Lei do Orçamento de 2010, destinando recursos à reforma de escolas no estado, no montante de R\$ 70 milhões, anunciou Gilvam Borges (PMDB-AP).

O senador informou que uma das emendas, no valor de R\$ 50 milhões, visa beneficiar as escolas do governo estadual, enquanto a outra, de R\$

20 milhões, se destina às sob responsabilidade da prefeitura de Macapá.

– A estrutura física dos colégios do Amapá ainda é muito precária – justificou.

Gilvam disse que, em algumas escolas da região, as salas de aula não têm ventilação adequada e “o calor é insuportável”; o acesso é dificultado pela ausência de asfalto, com ruas de terra batida; os

Waldemir Rodrigues



Gilvam diz que colégios do seu estado ainda têm estrutura precária



Waldemir Rodrigues

PIB do estado cresceu muito nos últimos dez anos, diz Tião Viana

Tião Viana destaca desenvolvimento econômico do Acre

Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tião Viana (PT-AC) destacou ontem em discurso o crescimento econômico do Acre em 2007. Ele informou que o estado registrou uma expansão de 6,5%, acima da média nacional, que é de 6,1%, e da média da região Norte, de 3,8%.

– São dados alvissareiros – afirmou ele, acrescentando que, quando for examinado o desempenho do Acre em 2008 e 2009, “a alegria será ainda maior”.

Ele ressaltou a evolução do produto interno bruto (PIB) per capita no estado, que teria aumentado de R\$ 4.700, em 1999, para R\$ 8.473, em 2009, “uma mudança extraordinária para um período tão curto”.



Gerardo Magela

Delcídio diz que vai se empenhar por fábrica de fertilizantes em seu estado

Delcídio quer fábrica da Petrobras em MS

Delcídio Amaral (PT-MS) disse que vai se empenhar para que a Petrobras instale em Mato Grosso do Sul uma fábrica de fertilizantes. De acordo com o senador, a fábrica, em fase de projeto, pode acabar indo para o Espírito Santo. Delcídio afirmou que os incentivos concedidos pelos estados terão grande peso na escolha da empresa.

Mato Grosso do Sul, segundo Delcídio, tem posição geográfica mais favorável devido à sua proximidade com a Bolívia – de onde vem a matéria-prima para os fertilizantes – e com as áreas onde prospera o agronegócio. Na visão do parlamentar, o estado poderá ser muito beneficiado com a fábrica.